

ECONOMIA SOLIDÁRIA: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Adriana Jéssica Quevedo de Mattos¹

RESUMO: O presente artigo se propõe a descrever a Economia Solidária, com base em contribuições da literatura, evidenciando seus principais conceitos e definições, sua afirmação no mundo e as suas especificidades no contexto brasileiro. Tem por objetivo analisar sua influência, como contraponto ao modelo econômico capitalista, enquanto subsídio para abordagens inovadoras de organização social e comunitária. Metodologicamente, inclui revisão de literatura, baseada na técnica de pesquisa bibliográfica, organizada em torno de obras em formato impresso e eletrônico, disponíveis em sites de reconhecido valor acadêmico. No tópico dedicado à conceituação da Economia Solidária, merecem atenção as proposições de Santos (2002) e Leal e Rodrigues (2018) e Leonello (2010). Ao se apresentar a trajetória de afirmação do conceito no mundo, se sobressaem as produções de Costa e Jesus (2017), Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) e Macedo, Montanuci e Ferreira (2020). Finalmente, a análise da especificidade da Economia Solidária no Brasil tem por base as contribuições de Singer (2002) e Carvalho (2011). Conclusivamente, é possível afirmar que o Brasil construiu uma perspectiva própria com relação à Economia Solidária, a qual se deve à grande influência dos movimentos sociais em sua formatação e aplicação prática, produzindo resultados únicos frente à realidade de outros países.

329

Palavras-chave: Economia solidária. Conceitos e definições. Economia solidária no Brasil.

ABSTRACT: This article aims to describe the Solidarity Economy, based on contributions from the literature, highlighting its main concepts and definitions, its affirmation in the world and its specificities in the Brazilian context. It aims to analyze its influence, as a counterpoint to the capitalist economic model, as a subsidy for innovative approaches to social and community organization. Methodologically, it includes a literature review, based on the bibliographic research technique, organized around works in printed and electronic format, available on websites of recognized academic value. In the topic dedicated to the conceptualization of the Solidarity Economy, the propositions of Santos (2002) and Leal and Rodrigues (2018) and Leonello (2010) deserve attention. When presenting the trajectory of affirmation of the concept in the world, the productions of Costa and Jesus (2017), Gaiger, Ferrarini and Veronese (2018) and Macedo, Montanuci and Ferreira (2020) stand out. Finally, the analysis of the specificity of the Solidarity Economy in Brazil is based on the contributions of Singer (2002) and Carvalho (2011). Conclusively, it is possible to state that Brazil has built its own perspective in relation to the Solidarity Economy, which is due to the great influence of social movements in its format and practical application, producing unique results compared to the reality of other countries.

Keywords: Solidarity economy. Concepts and definitions. Solidarity economy in Brazil.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária é um termo que se refere, fundamentalmente, a iniciativas de organização econômica dissociadas do modelo capitalista dominante, as quais pressupõem, enfaticamente, ações baseadas no cooperativismo e no associativismo.

De maneira diversa de outros países, no entanto, no Brasil a Economia Solidária se caracteriza como um fenômeno profundamente influenciado pelos movimentos sociais, o que a distingue de processos similares estabelecidos na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo.

Partindo dessa percepção inicial, o presente artigo se propõe a lançar luz sobre essa temática, evidenciando os conceitos e definições compartilhados por pesquisadores acerca da Economia Solidária, para em seguida contextualizar sua afirmação em realidades distintas.

Finalmente, se detém sobre a Economia Solidária formulada na sociedade brasileira, com vistas à identificação de sua identidade e o alcance das iniciativas produzidas com base no perfil particular atribuído à mesma nesse ambiente, em específico.

Conceitos e definições

330

Há consenso na literatura quanto à forma a partir da qual a Economia Solidária se impõe como um modelo alternativo às modalidades de gestão econômica baseadas no capitalismo e suas variações.

De fato, como descrito por Leal e Rodrigues:

A princípio, é possível afirmar que a Economia Solidária trata-se de um modo de produção alternativo ao capitalismo, ao mesmo tempo que se revela como um movimento social. Isto, porque não tem os resultados financeiros como único fim, mas por buscar, principalmente, um desenvolvimento humano, mantendo em harmonia o social, o político e o econômico. (2018, p. 210).

Leonello, de sua parte, afirma que "A economia solidária propõe uma nova concepção de economia, visto que engloba diferentes formas de organização coletiva nas quais se destacam as cooperativas e as empresas autogeridas" (2010, p. 64).

Ao que se soma a contribuição de Gaiger, Ferrarini e Veronese, de acordo com quem a Economia Solidária tem como elementos centrais "Organizações econômicas alternativas ao mercado e ao Estado, ou às lógicas respectivamente das empresas de fins lucrativos e da administração pública" (2018, p. 137).

Esses autores informam, também, que:

[...] Os atores sociais engajados [na] promoção [da Economia Solidária] referem-se a essas organizações aludindo por vezes a conceitos consagrados historicamente e classificando-as, então, como formas novas de associativismo ou cooperativismo. (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 137).

Em termos mais amplos, a definição de Economia Solidária parece se vincular estreitamente ao que Santos (2002) define como "a crise do contrato social", processo intensificado nas últimas décadas do século XX e marcado por rupturas e dissociações entre os elementos que, até então, garantiam estabilidade e continuidade ao mundo ocidental.

De fato, como se verá adiante, a Economia Solidária ganha terreno enquanto alternativa às disposições das estruturas de poder disciplinar (eminentemente científico) e de poder jurídico (estatal e operacionalizado por meio do Direito), os quais "coexistem com muitos outros e eles próprios estão fragmentados e desorganizados" (SANTOS, 2002, p. 18).

Acerca desse ponto, França Filho reflete que:

Alternativa real à crescente crise do emprego verificada em diferentes sociedades ou mero paliativo à crise de ajustamento de um sistema capitalista que se renova, diferentes são os diagnósticos acerca do alcance e limites do tema. Diferenças nesta leitura à parte, um fato merece destaque: tal fenômeno ganha relevância neste novo cenário atual de reconfiguração das relações entre Estado e mercado, em que desponta com força a idéia de um terceiro setor. Terceiro setor e economia solidária, embora pareçam termos correlatos, pertencem a universos semânticos distintos, apontando para não somente diferentes contextos sociopolíticos de emergência de cada termo, mas, também, a interpretações diferentes sobre o papel desempenhado (ou a desempenhar) por estas experiências e, em particular, no que se refere à posição que elas devem ocupar em relação às esferas do Estado e do mercado. (2001, p. 246).

Como parece evidente, as dinâmicas presentes em cada território determinam como a Economia Solidária se manifesta, especificamente, o que pressupõe o entendimento prévio de que, apesar de conceitos e definições comuns, há tantas modalidades de ES quanto os contextos nos quais esta se apresenta.

A economia solidária no mundo

As origens da Economia Solidária, como apontado por Leal e Rodrigues (2018) remontam ao início do século XIX, na Europa, durante a Revolução Industrial, período de profundas mudanças sociais, entre as quais se destaca a exploração dos operários (inclusive crianças) por meio de jornadas extensas de trabalho e o desemprego associado à mecanização dos meios de produção.

Como resposta a esses desafios:

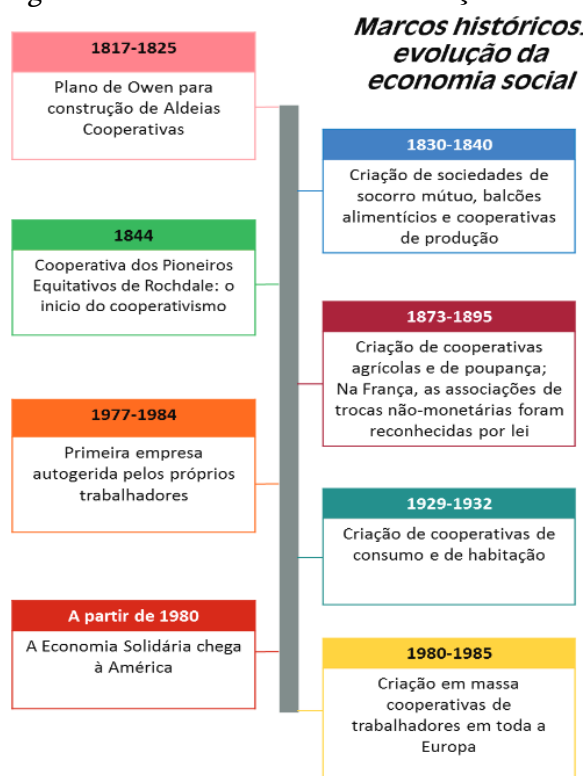
[...] Este primeiro momento da Economia Social nasceu como reação à precariedade das condições de trabalho e demais efeitos sociais negativos do capitalismo. Surgiram, assim, várias iniciativas de associativismo, mutualismo e cooperativismo. (LEAL; RODRIGUES, 2018, p. 210).

Tal como descrito pelos mesmos autores, a então denominada "Economia Social" ultrapassa as fronteiras da Grã-Bretanha e se espalha por toda a Europa, firmando bases sólidas na França, onde, além de cooperativas de trabalhadores, o governo reconheceu o papel de associações de trocas não-monetárias como recurso para a gestão dos menos favorecidos (LEAL; RODRIGUES, 2018).

Apesar de sua disseminação no continente europeu, Leal e Rodrigues afirmam que a Economia Solidária só chegaria à América na década de 1980, atrelada ao "desenvolvimento da teoria econômica da autogestão, por Yaroslav Vaneck, [...] e a partir de então, acontece sua difusão tanto na América do Norte como na América Latina" (2018, p. 211).

A Figura 1, abaixo, apresenta os principais marcos históricos relacionados à evolução da Economia Solidária.

Figura 1 - Marcos históricos: evolução da economia social



Fonte: LEAL; RODRIGUES (2018)

Mais recentemente, as formas através das quais a Economia Solidária se apresenta na Europa, e mais precisamente no âmbito da sociedade francesa, incluem, tal como descrito por França Filho (2001), quatro modalidades principais: o comércio justo, a finança solidária, a economia sem dinheiro e as empresas sociais.

O mesmo autor salienta, com relação a essas definições, que:

Esta tipologia se apoia fundamentalmente sobre o critério da similaridade de certas atividades. Vale lembrar que, do ponto de vista do estatuto organizacional, a forma principal de expressão destas experiências é o modo associativo (ou associativista), aparecendo ainda algumas delas sob o registro cooperativo (ou cooperativista). (FRANÇA Filho, 2001, p. 255).

O panorama contemporâneo relativo à implementação de iniciativas vinculadas à Economia Solidária em outras regiões do planeta, por sua vez, é tema de estudo conduzido por Magalhães-Timotio et. al. (2019), dedicado a analisar a produção acadêmica sobre o tema em países distintos.

Ao se concentrarem sobre 84 documentos focados na temática em estudo, a mesma fonte levantou que "Em relação aos países que mais produzem trabalhos sobre Economia Solidária, [o] ranking ficou composto por onze países (quatro países empataram na oitava posição com 3 artigos cada). (MAGALHÃES-TIMOTIO et. al., 2019, p. 507).

Em termos objetivos, como apontado pelos autores em epígrafe:

O mais prolífico foi o Brasil, demonstrando a importância do tema para se pensar um outro desenvolvimento para o país. Diversos autores já destacaram que a via da Economia Solidária representa uma resposta aos constantes quadros de desemprego vividos pela sociedade brasileira [...]. Empatados na segunda colocação estão Espanha e Estados Unidos com 10 artigos cada. (MAGALHÃES-TIMOTIO et. al., 2019, p. 507).

Magalhães-Timotio et. al. argumentam, também, que os conceitos associados à Economia Solidária, presentes nos documentos analisados, se organizam em torno dos seguintes pressupostos: um "modelo [que] pode ser uma via alternativa viável ao modo de produção capitalista [e] uma alternativa encontrada pelos setores populares para sobreviverem ao neoliberalismo" (2019, p. 514).

De igual forma, transparece dos estudos verificados que a Economia Solidária se caracteriza como "uma das possibilidades de efetivação da sociedade em rede e a reestruturação econômica e social por intermédio das novas tecnologias da informação e comunicação" (MAGALHÃES-TIMOTIO et. al., 2019, p. 514).

Finalmente, a produção acadêmica analisada por Magalhães-Timotio et. al. sugere, ainda, que, especialmente no contexto norte-americano, a Economia Solidária é vista como "uma alternativa para produzir uma linguagem econômica mais diversificada de base comunitária" (2019, p. 514).

No caso brasileiro, tema da última seção do presente artigo, há evidente vinculação da Economia Solidária à atuação dos movimentos sociais, processo que determina um

modelo eminentemente nacional à mesma, independente das conexões que possam ser feitas com as modalidades anteriormente descritas.

Apesar disso, Costa e Jesus sugerem que:

Embora os conceitos sobre fenômeno das relações Economia Solidária- Movimentos Sociais não sejam consensuais, [...] as circunstâncias de seu surgimento apresentam algumas convergências. É possível afirmar que mudanças no capitalismo mundial contribuíram para a reativação das discussões sobre formas alternativas de desenvolvimento. (2017, p. 243).

As estratégias manifestas no ambiente brasileiro, construídas com essa finalidade, são mais bem apresentadas a seguir, quando do aprofundamento acerca da Economia Solidária instituída em território nacional e suas aplicações práticas.

Notas sobre a economia solidária no Brasil

À parte os modelos de Economia Solidária anteriormente evidenciados, que reproduzem, em sua concepção e implementação, aspectos da realidade onde se manifestam, a trajetória de afirmação desse conceito no contexto brasileiro, é permeada por critérios localizados.

Nesse sentido, como descrito por Costa e Jesus:

A economia solidária, em sua pluralidade de manifestações e de abordagens, tem se tornado um tema cada vez mais debatido no Brasil em diferentes espaços, como acadêmicos e de movimentos sociais. A diversidade das ações que envolvem a temática e os diferentes atores atuantes nesse campo contribuem para uma variedade de interpretações, por vezes, não consensuais. (2017, p. 242).

Singer, de sua parte, argumenta que "A economia solidária surge no Brasil [...] provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo falimentar" (2002, p. 3).

O mesmo autor afirma, também, que "É desta época a formação das cooperativas que assumem a indústria Wallig [...] a Cooperminas, [...] e as cooperativas que operam as fábricas [...] da antiga Tecelagem Parahyba" (SINGER, 2002, p. 3).

Conforme Gaiger, Ferrarini e Veronese:

O termo *empreendimento econômico solidário*, com sua sigla EES, foi adotado gradativamente no Brasil no correr dos anos 1990, mesmo período em que a expressão *economia solidária* conquistou a preferência em relação a designações correntes, como socioeconomia solidária, economia popular solidária ou economia de autogestão [...]. Desse debate participaram inúmeras organizações não governamentais, sindicatos, entidades de representação, instituições acadêmicas e gestores públicos, ao lado de lideranças populares forjadas na experiência prática dos empreendimentos. (2018, p. 140).

Ao que se soma a afirmação de Carvalho, de acordo com quem "A economia solidária se desenvolveu no país a partir da articulação de diversos sujeitos sociais [...] em atividades reunidas no I Fórum Social Mundial (FSM)" (2011, p. 2).

Segundo a mesma fonte, "A partir deste Fórum, foi formado o Grupo de Trabalho de Economia Solidária, que culminou, no III FSM, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)" (CARVALHO, 2011, p. 2).

De igual forma, como descrito por Carvalho:

[...] A criação do FBES coincidiu, todavia, com o momento da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003. A criação da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, foi um marco importante para o movimento. (2011, p. 2).

Para Costa e Jesus, esses marcos permitem que se destaque, no país, três fases relacionadas à Economia Solidária, "quais sejam: (i) de 2001 a 2006 - Articulação e principais consensos; (ii) de 2006 a 2010 - Repensando a prática e (iii) de 2011 aos dias atuais - repensando o projeto político para a sociedade" (2017, p. 250).

Os já citados Gaiger, Ferrarini e Veronese, de sua parte, ressaltam que, institucionalmente, "No [...] primeiro mandato do presidente Lula, criou-se simultaneamente a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão de interlocução com a sociedade e ente articulador e promotor da ação pública" (2018 p. 140).

No que tange à singularidade da Economia Solidária brasileira, forjada durante esse processo, França Filho afirma que "Consideramos que ela reside no legado ainda forte de uma chamada economia popular" (2001, p. 264).

Em outros termos, tal como apontado pelo mesmo autor:

Isto significa dizer que nossa economia de mercado, assim como nossa economia não mercantil, ambas, convivem (de maneira endêmica, para muitos) com as mais variadas formas de produção e distribuição econômica, constituindo um amplo tecido da sociedade em que não se desvinculam atividades econômicas das relações sociais no seu sentido mais estrito. Este "mar" de atividades permeando os circuitos do Estado e do mercado, que celebra quotidianamente as incompletudes da nossa modernidade, é mais conhecido sob a expressão de setor informal. Tal setor repousa grande parte dos seus recursos nas redes de solidariedade ordinárias, tecidas no próprio cotidiano da vida das pessoas. Ele reúne, ao mesmo tempo, três diferentes manifestações dessa informalidade. (FRANÇA Filho, 2001, p. 264-265).

Essas manifestações incluem o empreendedorismo individual, a economia paralela ou ilícita e "formas de produção e distribuição econômica fortemente ancoradas em relações de reciprocidade, o que constitui a economia popular" (FRANÇA Filho, 2001, p. 265).

Para Costa e Jesus, a atual fase vivenciada pela Economia Solidária no Brasil - repensando o projeto político para a sociedade - "começa a se delinear especialmente a partir da mudança no Governo Federal" (2017, p. 257).

Assim:

Com a eleição da presidente Dilma Rousseff, a economia solidária se torna um tema ainda mais importante no que diz respeito à erradicação da extrema pobreza. Essa adequação direciona os programas e ações da economia solidária para os beneficiários do Programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais - CadÚnico. Ao mesmo tempo, percebe-se, também, a ênfase nas ações voltadas ao empreendedorismo, englobando, em especial, os microempreendedores individuais. (COSTA; JESUS, 2017, p. 257).

De fato, como descrito por Carvalho, "Segundo o mapeamento da economia solidária, realizado em 2005 e 2007, foram cadastrados quase 22 mil 'Empreendimentos Econômicos Solidários', que envolvem aproximadamente um milhão e setecentos mil trabalhadores" (2011, p. 3).

A título de exemplo, dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária relativos ao ano de 2013, compilados por Macedo, Montanuci e Ferreira informam que "na região norte foram inseridos no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) 3.128 ES, com destaque para o Estado do Pará com 1.359 ES, o que corresponde a 43% do total de ES da região" (2020, p. 18).

336

Ao evidenciar a proeminência de iniciativas associadas à Economia Solidária no Estado do Pará, os autores supracitados registram que "Isso pode ser consequência da marginalização desse estado frente as atividades industriais e capitalistas" (MACEDO; MONTANUCI; FERREIRA, 2020, p. 18-19).

Como descrito pela fonte acima identificada:

Sabe-se que o estado em questão é de difícil acesso logístico para as indústrias, por questões ambientais e político/ econômicas. No entanto, por ser região amazônica, concentra grande parte de atividades voltadas a agricultura de subsistência, o que pode facilitar a criação das ES. (MACEDO; MONTANUCI; FERREIRA, 2020, p. 19).

Mesmo com todo o arcabouço construído ao longo do processo acima descrito, a Economia Solidária, no Brasil, segundo Pita, sofreu duro golpe durante o "governo Bolsonaro, [quando] não apenas a SENAES foi extinta, mas também o próprio Ministério do Trabalho, [acarretando] graves retrocessos para as classes trabalhadoras" (2020, p. 347).

A mesma fonte salienta que a Economia Solidária, no Brasil, "relaciona-se a um grande contingente de pessoas cuja energia é absorvida quase completamente na luta renhida para simplesmente *sobreviver*" (PITA, 2020, p. 367).

Em outros termos, como ressaltado pela autora supracitada:

São os(as) protagonistas dessas lutas que experimentam visceralmente o racismo, o machismo, os injustos arranjos geográficos do poder, o menosprezo ao conhecimento que produzem e acumulam, a destruição e expropriação dos recursos naturais – e, por isso, reúnem, de fato, as condições para guiar o processo do *fazer uma outra história*. (PITA, 2020, p. 367).

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato, por outro lado, trouxe novo fôlego para a Economia Solidária brasileira, em especial pela reinstalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que foi descontinuado durante o governo anterior.

De acordo com Peppe, contudo, "o Governo Lula atual e a nova SENAES estão pautados por uma busca tateante de novas perspectivas cheia de incertezas, questionamentos e indicações de novos desafios e possibilidades" (2023, p. 17).

Como apontado por Peppe, "Estamos diante de um novíssimo e desafiante desafio que ultrapassa de longe os limites de nossas experiências pregressas e exigem de todos nós um gigantesco esforço de compreensão e prospecção" (2023, p. 17).

Considerando-se a trajetória de afirmação da Economia Solidária, nos termos aqui apresentados, parece claro, entretanto, que a luta é condição fundamental para sua permanência enquanto alternativa para aqueles que, por diversas razões, se distanciam do ideário capitalista, tanto no ambiente brasileiro quanto em outras latitudes do globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresentou uma revisão da literatura acerca da Economia Solidária, tomando por base contribuições de autores que se dedicaram a analisar esse conceito a partir de óticas distintas.

Assim, partiu da contextualização e definição do amplo espectro de atividades e iniciativas que integram a Economia Solidária, para em seguida resgatar seu percurso histórico, desde o início do século XIX até o presente momento, enfatizando sua evolução na Europa e em outros países.

Finalmente, deteve-se sobre a especificidade da Economia Solidária construída no contexto brasileiro, fortemente marcado pela participação dos movimentos sociais, incluindo breve análise sobre as restrições impostas ao segmento pelo governo Bolsonaro e sua revalorização a partir do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A título de conclusão, é possível afirmar que a Economia Solidária, no Brasil e no resto do mundo, mantém-se como uma alternativa para os trabalhadores formais e informais

que, interessados em ampliar suas condições de atuação perante o sistema capitalista, podem se organizar em torno de associações e/ou cooperativas, garantindo melhores indicadores de qualidade para sua vida e seu fazer profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Keila Lúcio de. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. **Code 2011: Anais do I Circuito de Trabalhos Acadêmicos**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo21.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

COSTA, Bianca A. Lima; JESUS, Paulo de. A economia solidária no Brasil: uma trajetória de conformação enquanto movimento social? **Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo**, São Paulo, v. 2.2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/article/view/7192/5813>. Acesso em: 10 out. 2023.

FRANÇA Filho, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. 16, n. 1-2, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/FST4hjHPSxsS94wzxmHHjkn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2023.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/FWzKTpw4px5zHBD6GbCtkvF/?format=pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

LEAL, Camila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Economia solidária: conceitos e princípios norteadores. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/844>. Acesso em: 22 out. 2023.

LEONELLO, João Carlos. **O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010. [Tese de Doutorado] Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/leonello.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

MACEDO, Jayrton Noleto de; MONTANUCI, Pietra Sally Biazucci; FERREIRA, Gecilane. Implicações da economia solidária para o desenvolvimento social. **Revista Desafios**, v. 7, Especial, PIBIC, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/download/8509/17695/49801>. Acesso em: 18 out. 2023.

MAGALHÃES-TIMOTIO, João Guilherme et. al. A produção científica internacional sobre economia solidária. **VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais**,

Montes Claros, MG, 24-17 set. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/56326/2/A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20internacional%20sobre%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PEPPE, Atilio Machado. Economia solidária e as novas exigências do diálogo social - 2023. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 9, Ed. Especial, jun. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/p2p/article/view/6249/6013>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PITA, Flávia Almeida. "O direito importa"? O marco legal da economia solidária no Brasil. **Revista da ABET**, v. 19, n. 2, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/download/54690/32665/155320>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. Gradiva Publicações: Lisboa, 2022.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.